

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 304.805 - SP (2001/0020679-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : LINO ALBERTO DE CASTRO E OUTRO(S) - DF006790
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : THEO MÁRIO NARDIN E OUTRO(S) - SP057017
RECORRIDO : SUPERMERCADO MOTA TOMAZ MOTA - MICROEMPRESA E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S.A., com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo assim ementado:

"Agravado de instrumento contra decisão que em ação de execução determinou que o credor exhibisse o valor de lance de arrematação, tendo em vista a habilitação como credora privilegiada da Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Adequação. Recurso parcialmente provido apenas para que a habilitante exhiba os documentos comprobatórios de seu crédito, e que haja decisão judicial a respeito da legitimidade e exigibilidade do mesmo, após manifestação do exequente, e antes de qualquer levantamento" (e-STJ fl. 71).

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 95-105), o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 535, 612 e 711 do Código de Processo Civil de 1973.

Aduz, em síntese, que o fato de a Fazenda Pública gozar do direito de preferência não a libera da obrigação de promover a competente execução e nela realizar a penhora, não se podendo admitir que o ente público simplesmente aguarde que outros credores tomem todas as medidas voltadas à recuperação do crédito para, ao final, receber o produto do trabalho que outros desenvolveram.

Decorrido o prazo para apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 113), e inadmitido o recurso na origem, deu-se provimento ao subsequente agravo (AG nº 323.267/SP) para determinar a subida dos autos a esta Corte Superior.

Após a redistribuição do feito determinada pelo Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul), os autos foram distribuídos ao Ministro Hamilton Carvalhido, que suscitou conflito interno de competência.

Na assentada de 19/12/2018, a Corte Especial conheceu do conflito e declarou

Superior Tribunal de Justiça

competente a Terceira Turma para prosseguir no julgamento deste recurso, tendo sido publicado o respectivo acórdão no DJe de 11/3/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da execução proposta pelo ora recorrente (BRADESCO) contra o segundo recorrido (SUPERMERCADO MOTA), deferiu pedido formulado pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO para que o valor do lance oferecido para fins de arrematação de bem penhorado fosse depositado em juízo, tendo em vista a preferência estabelecida no art. 186 do Código Tributário Nacional.

Confira-se o teor da decisão agravada na origem:

"(...)

Trata-se de ação de execução proposta pelo Banco Bradesco S.A. contra Tomaz Mota e outros.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo ingressou nos autos pleiteando a intimação do exequente para depositar a importância de R\$ 33.000,00, referente ao lance oferecido a fls. 132, sob a alegação de ser credora preferente.

O referido pedido merece acolhimento.

Com efeito, o artigo 186 do CTN dispõe que : 'O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho'.

Ademais, é entendimento jurisprudencial a obrigatoriedade de exibição do preço da arrematação, para que não se frustre o eventual direito de preferência de qualquer dos credores (JTA 43/56, 62/134, 93/102, 104/101, RF 322/254, RJTAMG 61/78).

Isto posto, DEFIRO pedido de fls. 153 e reiterado a fls. 167/168, e o faço para determinar a intimação do exequente, a fim de que o mesmo deposite, no prazo de cinco dias, a importância de R\$ 33.000,00, referente ao lance constante do auto lavrado a fls. 132.

Feito o depósito, diga a Fazenda Estadual" (e-STJ fl. 27).

Ao julgar o recurso, o órgão colegiado manteve a obrigatoriedade de exibição do preço da arrematação de modo a não frustrar eventual direito de preferência de qualquer dos credores, mas determinou que a Fazenda Estadual, em prazo a ser fixado pelo magistrado de primeira instância, juntasse os documentos comprobatórios de seu crédito.

Ao assim decidir, o Tribunal de origem afastou-se da jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de que o concurso de credores e o exercício do direito de

Superior Tribunal de Justiça

preferência pressupõem a pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREFERÊNCIA DO DÉBITO FISCAL. CONCURSO DE CREDORES. NECESSIDADE DE DIVERSAS PENHORAS SOBRE UM MESMO BEM. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Essa Corte de Justiça entende ser pacífica a necessidade de pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem para que seja instaurado o concurso de preferências. Precedentes: AgInt no REsp. 1.436.772/PR, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 18.9.2018; AgInt no REsp. 1.318.181/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 24.8.2018.

2. Os arts. 612 e 711 do Código de Processo Civil de 1973, dispondo sobre penhora e direito de preferência, acolheram o princípio do prior tempore, portior iure, ou seja, a penhora anterior prevalece sobre a posterior. Contudo, esse direito de preferência cede ao crédito privilegiado de forma que, existindo pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, deve-se verificar a existência das preferências que, na ordem, são: créditos trabalhistas, fiscais e aqueles decorrentes de direito real de garantia (REsp. 1.278.545/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 16.11.2016).

3. Agravo Interno do ESTADO DE SANTA CATARINA a que se nega provimento." (AgInt no REsp 1.603.324/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 29/4/2019, DJe 10/5/2019).

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRODUTO DA ARREMATACÃO. NECESSIDADE DE PENHORA SOBRE O BEM.

1. Há jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça de que 'a instauração do concurso de credores pressupõe pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem. Assim, discute-se a preferência quando há execução fiscal e recaia a penhora sobre o mesmo bem, excutido em outra demanda executiva' (REsp 654.779/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 28/3/2005).

2. No caso, o Estado do Paraná, nas razões do recurso especial, afirma que '[...] não há penhora nos autos de execução fiscal, pois as diligências realizadas no sentido de localizar bens penhoráveis da executada foram infrutíferas'. Dessa forma, inexistindo a penhora do bem arrematado na execução fiscal, não se pode falar em concurso de credores ou no direito de preferência previsto no art. 186 do Código Tributário Nacional.

3. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no REsp 1.436.772/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 18/9/2018).

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REMIÇÃO. ART. 788 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CRÉDITO TRABALHISTA. DIREITO DE PREFERÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONCURSO SINGULAR DE CREDORES.

1. Os arts. 612 e 711 do Código de Processo Civil de 1973, dispondo sobre penhora e direito de preferência, acolheram o princípio do prior tempore, portior iure, ou seja, a penhora anterior prevalece sobre a posterior.

Contudo, esse direito de preferência cede ao crédito privilegiado de forma que, existindo pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, deve-se verificar

Superior Tribunal de Justiça

a existência das preferências que, na ordem, são: créditos trabalhistas, fiscais e aqueles decorrentes de direito real de garantia.

2. O exercício do direito de preferência, em razão da natureza do crédito, submete-se a formalidades exigidas por lei e subsume-se ao concurso singular de credores. É no ato da distribuição do dinheiro que o credor privilegiado terá preferência sobre os demais conforme a natureza de seu crédito.

3. O pedido de remição feito com base no art. 788 do Código de Processo Civil, já estando aperfeiçoado com decisão concessiva transitada em julgado e registro no cartório competente, não deve ser revogado por ter-se apurado posterior crédito privilegiado. A remição já aperfeiçoada indica que houve o depósito em dinheiro em favor do credor e nesse ato é que o exercício do direito de preferência deveria ter sido exercido.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e provido em parte." (REsp 1.278.545/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 16/11/2016).

Conforme salientado nesse último precedente, depois de alienado o bem na execução, os detentores de crédito privilegiado que não efetivaram a penhora não podem exercitar o seu direito de privilégio, pois não se pode penhorar bem que já foi expropriado e que, por isso, já está fora do patrimônio do devedor.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para reconhecer como perfeita e acabada a arrematação levada a efeito pelo recorrente.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator